

POLÍTICAS DE GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Maria do Socorro Vasconcelos Pereira
SEMEC-Abaetetuba/PA
Brasil
vasconcelosmariadosocorro67@gmail.com
Victor Fernando Ramos de Oliveira
UFPA- Brasil
vitorbelem@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O governo federal atual (2019 – 2022) aprofunda o projeto neoliberal de Estado de 2016 ao expressar uma dinâmica particular de regressão política inaugurada naquele momento quando a então Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) sofreu *impeachment* sendo substituída por seu vice Michel Temer (2016-2018) após um golpe orquestrado por frações da burguesia brasileira (FRIGOTTO, 2017). Agrega elementos particulares na pauta neoliberal para a educação por meio de uma política autoritária, austera que resultou do movimento de radicalização das lutas de classes.

Após quase quatro anos de gestão que se encerram em 31 de dezembro as consequências das políticas austeras do atual governo tem e ainda terão implicações na educação básica, analisada neste trabalho, porque sua forma de organização foi pautada em ideais radicais do neoliberalismo introduzido no Brasil desde anos 1990 e com feições distintas ao longo dos governos até o presente momento.

A gestão e o financiamento da educação são temas interligados dentro da organização do trabalho pedagógico na escola, o que também acontece no plano macro quando governos propõem seus planos e projetos. Daí as duas áreas serem o foco das análises do estudo numa conjuntura de regressão dos direitos sociais como a educação de qualidade garantida constitucionalmente. Assim, o texto tem por objetivo desvelar de que forma se materializaram as políticas de gestão e financiamento da educação no governo de Jair Bolsonaro na Amazônia paraense.

Em função do recorte espacial é necessário destacar que a Amazônia Brasileira segundo Aragón (2018) é um espaço constituído pelos sete estados da região Norte, além do Tocantins e parte do Maranhão que estão situados na região Nordeste. A Amazônia paraense engloba o estado do Pará na região Norte e o município paraense Abaetetuba está situado ao Nordeste da capital, Belém.

A metodologia está pautada na pesquisa bibliográfica com autores de debatem sobre a conjuntura educacional do atual governo e na pesquisa documental que nos possibilitou investigar as ações do Estado brasileiro no recorte temporal de 2019 a 2022.

AS BASES DA POLÍTICA DE GESTÃO DO GOVERNO BOLSONARO

O atual governo segue um projeto iniciado com o governo Temer que está em pleno curso e se desdobra segundo Lobo (2020), em quatro dimensões em que a educação está incluída e é atingida pelas consequências: i) **Econômica**: constituída pela conformação de uma estrutura econômica organicamente integrada ao capital financeiro internacional; **Formação social**: sustentada pela imposição de uma estrutura social fortemente polarizada entre uma classe burguesa e camadas médias intermediárias.

Consta ainda iii) **Regime político-jurídico**: aprofundamento da dominação e controle das classes dominantes exercido sobre o Estado mediante a utilização do aparato político, jurídico e policial-militar e; iv) **Ideológica**: constitutiva da mobilização de uma vasta e diversificada rede de organizações da sociedade civil, em especial, instituições/hierarquias religiosas fundamentalistas estelionatárias da fé e organizações/movimentos ideológicos.

Essas quatro dimensões que estruturam o projeto nefasto, composto por essa dinâmica particular de regressão política se materializa basicamente por: políticas de austeridade constitucionalizadas; supressão de garantias de financiamento para as áreas sociais e reformas de restrição de direitos.

A política de austeridade fiscal pauta-se no pressuposto de que a retomada do crescimento econômico e a redução da dívida pública requerem um tipo de ajuste que priorize o corte de gastos públicos em detrimento do aumento de impostos sob a crença de que o ajuste teria efeitos positivos sobre o crescimento econômico.

Essas dimensões dão conformidade ao Projeto de redução do papel do Estado na garantia dos direitos humanos e dos preceitos constitucionais que têm sido levadas a cabo desde 2016 no Brasil, com aprofundamento a partir de 2019.

A título de exemplificação damos destaque a algumas referências que regulamentam a integração dessas dimensões destacadas pela dimensão jurídico-política que ocupa o posicionamento de regulamentar a dimensão social como decorrente da dimensão econômica, mediada pela dimensão ideológica, apresentada sob aparatos legais, tendo como exemplo para este diálogo regulamentações como a **Emenda**

Constitucional 108/2020 e EC Nº 109, de 15/03/2021 - PEC EMERGENCIAL (Ñ COVID). Destacamos essas normatizações para motivar o debate em torno das contradições que se fazem presentes dentro desse arranjo do projeto em curso, cujo contexto revela a dissonância e desarticulação de um alinhamento que nem internamente se sustenta.

A Emenda Constitucional 108/2020 (BRASIL, 2020) definiu, conforme o art. 211, o padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º desse artigo, que considera as condições adequadas de oferta tendo como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuado em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 da Constituição, em que o CAQ se constituiu a referência para o padrão de qualidade preconizado no art. 211 da Constituição Federal de 1988. Todavia, o objetivo sofre limitação direta pelo efeito da EC Nº 109, de 15/03/2021 – PEC EMERGENCIAL (Ñ COVID), que apesar de aprovada em 2021, já estava em curso desde 2016 no intuito de prover o contingenciamento de recursos, pois as medidas de austeridade e a lógica do sufocamento das políticas públicas tem uma história prévia e que passou a ser aproveitada como concomitante ao coronavírus.

Essas modificações apresentadas tiveram impactos distintos nos municípios brasileiros como o caso de Abaetetuba em que o acesso à maioria das escolas ocorre por estradas e rios e o planejamento do governo Bolsonaro para a educação desconsidera a diversidade dos estados e municípios. Além disso, a pobreza e longas distâncias entre os centros urbanos revelam as dificuldades inerentes à gestão escolar nesse território, entrecortado por ruas, rios e ramais, cuja oferta da educação reflete baixos índices educacionais na maioria das instituições escolares, especificamente em escolas campestinas (HAGE & BARROS, 2010).

A GESTÃO E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA A AMAZÔNIA PARAENSE: o “Programa Tempo de Aprender”

Para fins de atender a demanda da qualidade, especialmente a partir do ano de 2016, são estruturados programas governamentais de formação continuada de professores disponibilizados às redes públicas de ensino do país, no caso da formação de professores alfabetizadores, como exemplo o Programa Tempo de Aprender, que por meio das Ações Integradas de financiamento complementar do governo federal,

implementa e dispõe recursos pedagógicos e financeiros aos entes federados, sob a justificativa de investimento na formação continuada dos/as professores/as.

Lançado em 2019, se constitui em um compromisso formal dos entes federados de fazer cumprir a Meta 5 do PNE para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Neste intento, uma das principais ações do Programa é a formação continuada de professores alfabetizadores, a qual inclui cursos em Plataforma virtual, com carga horária de 30 horas, consolidados por princípios gerais da formação continuada dispostos na Portaria n. 280/2020, que assegura a formação sob a forma de organização na modalidade virtual e presencial, destinada prioritariamente aos professores alfabetizadores lotados no último ano da Educação Infantil e primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental.

A Secretaria de Educação Municipal de Abaetetuba (SEMEC) fez adesão ao Programa Tempo de Aprender no ano de 2021 com a expectativa de recuperação das aprendizagens comprometida pelos dois anos de pandemia, identificado pelo aumento de crianças que não aprenderam a ler e escrevem com muita dificuldade. Todavia, no contexto educacional do município, com a finalidade de atender toda a rede municipal de ensino, alcançou financeiramente apenas 46 (quarenta e seis escolas) das 170 (cento e setenta) que compõem a rede.

CONSIDERAÇÕES

Os estudos que temos empreendido sobre a realidade de municípios do Baixo Tocantins e Vale do Acará tem nos revelado que a insustentabilidade de financiamento e de gestão que se encontram presente nas políticas públicas, em decorrência de projetos intempestivos que tornam ainda mais frágeis a efetivação da dinâmica dos municípios, que é onde a política pública se efetiva.

As contradições observadas no confronto legal e de documentos oficiais que regulam o Programa Tempo de Aprender, materialização da Política Nacional de Alfabetização com o descrito nos referenciais para projetos de alfabetização e as expressões dos atores envolvidos na política educacional, revelam que a qualidade propugnada pela arquitetura do novo FUNDEB não encontrará suficiência em um programa da alfabetização que atrela a formação de professores ao uso de plataformas e ignora as diversidades regionais dos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, L. E. **A dimensão internacional da Amazônia:** um aporte para sua interpretação. Rev. NERA, Presidente Prudente ano 21, n. 42, pp. 14-33 Dossiê – 2018.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p.

LOBO, Sônia. **Políticas para educação sob o Governo Bolsonaro e seus impactos sobre a formação de professores.** Disponível em [https://sintef.org.br > uploads > 2020/06 > LOBO...](https://sintef.org.br/uploads/2020/06/LOBO...), Acesso em: agosto/2022.